



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2021**


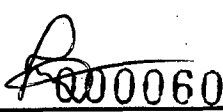
**DISPENSA Nº 024/2021**

**CONTRATO Nº. 028/2021**

A CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica - CNPJ sob o número 04.214.440/0001-00, com sede na Rua Octogonal, nº. 684, Jardim Imperial, Luís Eduardo Magalhães - BA, representada pelo Presidente **FERNANDO CARNEIRO DE ARAÚJO**, brasileiro, inscrito CPF/MF nº 039.770.095-40, doravante denominada **CONTRATANTE** doravante e a empresa **MAX LERNER REIS PROFIRO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 12.829.227/0001-23, situado na AV Padre Vieira, Centro, Cristópolis/BA, neste ato representada pelo Sr. **MAX LERNER REIS PROFIRO**, inscrito no CPF sob nº. 620.600.075-34, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. 028/2021 e conseqüentemente, na Dispensa de Licitação n.º 024/2021 e em observância ao disposto nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de materiais personalizados para atender as necessidades da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO**

Este Contrato guarda consonância com as normas contidas na Lei nº 8.666, em sua versão atualizada, ao Processo de DISPENSA Nº. 024/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 028/2021 e seus anexos, à Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos que compõe o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

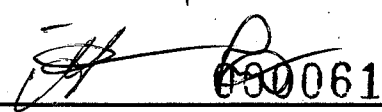
São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Supervisionar a entrega dos materiais objeto do contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;
- b) Permitir o acesso ao local da entrega dos materiais do pessoal da CONTRATADA.
- c) Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados.
- d) O pagamento somente será realizado mediante efetiva entrega dos materiais solicitado.
- e) Os pagamentos ficam condicionados à prévia certificação quanto à qualidade dos serviços/materiais fornecidos.


#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas na Legislação aplicada:

- a) Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do contrato;
- b) Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

  
000061

- c) Prestar/entregar o serviço/materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- d) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- e) Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da CÂMARA MUNICIPAL, em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
- f) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por sua culpa ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado;
- g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais prevista na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- h) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução/entrega dos serviços/materiais ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a prestação dos serviços/aquisição, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

 000062

- j) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da prestação dos serviços/aquisição objeto deste Contrato;
- k) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA, poderá veicular qualquer publicidade ou informação citando a CONTRATANTE sem a prévia autorização da mesma;
- l) Indicar uma pessoa hábil para contato direto com o gestor, a fim de resolver todas as questões referentes ao bom andamento do contrato;

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

01.01.000 - Câmara Municipal

006 - Poder Legislativo

00 - Recurso Ordinário

1.031.006.2.001 - Gestão das Ações Legislativas

3.3.90.30.00.0 - Materiais de Consumo

1.031.006.2.001 - Gestão das Ações Legislativas

4.4.90.52.00.0 - Equipamento e Material permanente

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA REVISÃO**

O objeto do presente Contrato será fornecido pelo preço global de R\$ 17.443,00 (dezessete mil, quatrocentos e quarenta e três reais) sendo R\$ 16.277,00 (dezesseis mil, duzentos e setenta e sete reais) para materiais de consumo e R\$ 1.166,00 (mil, cento e sessenta e seis reais) para materiais permanentes, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste Contrato.



# LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS							
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	CLASSIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
1	<p>PASTA CONVERSÃO EM COURO ECOLÓGICO - Com divisória para fichário no tamanho Comprimento x Altura x Largura: 33,3cm x 5cm x 25,6 cm. Possui fechamento em ziper, tem 2 compartimentos GRANDES para livros, cadernos, papéis importantes e outros. 12 divisórias pequenas para documentos em geral, Cartões de banco, Crachás, Carteira de Motorista, RG, CPF, Cartões de apresentação etc. Com compartimento para bloco de anotações, local para calculadora, smartphone ou passaporte. Espaço para caneta, chaves, controles e para fones de ouvidos, pendrives e outros.</p>	UNIDAD E	17	CONSUMO		R\$ 206,00	R\$ 3.502,00
2	<p>PRISMA AÇO INOX - No tamanho Comprimento x Altura : 30cm x 12cm. Com gravação a laser em baixo relevo, identificando o órgão (Câmara</p>	UNIDAD E	17	CONSUMO		R\$ 150,00	R\$ 2.550,00

000064



# LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

	Municipal de Luís Eduardo Magalhães), Brasão da Câmara, Bandeira do Município, nome vereador e adesivo transparente informando o nome de cada vereador e partido.					
3	PLACA EM MDF PARA PORTAS DOS GABINETES - No tamanho Comprimento x Altura: 30 x 50cm tendo 8 prolongadores cromados, placas em acrílico cristal com espessura de 3mm cada.	UNIDAD E	2	PERMANENTE	R\$ 583,00	R\$ 1.166,00
4	IDENTIFICAÇÃO DOS PORTAS GABINETES - Com fotos no tamanho 20 x 30cm impressas em papel fotográfico gramatura 180g, com identificação dos gabinetes (nome dos Vereadores e Partido) impressa em película adesiva na cor preta.	UNIDAD E	17	CONSUMO	R\$ 85,00	R\$ 1.445,00
5	IDENTIFICAÇÃO DA GALERIA DOS VEREADORES EM EXERCÍCIO - Com fotos no tamanho 20 x 30cm impressas em papel fotográfico gramatura 180g, com nome de cada Vereador impressa em película adesiva na cor preta.	UNIDAD E	17	CONSUMO	R\$ 65,00	R\$ 1.105,00



## LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

6	IDENTIFICAÇÃO DA GALERIA DOS VEREADORES MANDATO 2021/2024 - Com fotos no tamanho 10 x 15cm impressas em papel fotográfico gramatura 180g, com nome de cada Vereador e respectivo partido impressa em película adesiva na cor preta.	UNIDAD E	17	CONSUMO	R\$ 65,00	R\$ 1.105,00
7	IDENTIFICAÇÃO DA GALERIA DOS PRESIDENTES - Com fotos no tamanho 14,5 x 19,5cm impressas em papel fotográfico gramatura 180g, com nome de cada Presidente e biênio impressa em película adesiva na cor preta.	UNIDAD E	2	CONSUMO	R\$ 67,00	R\$ 134,00
8	PLACA ACRILICA no tamanho 40 x 13cm, com 3mm espessura, 4 prolongadores cromados. Impresso adesivo contendo o brasão da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães e o nome da Câmara impresso em película adesiva na cor preta.	UNIDAD E	2	CONSUMO	R\$ 135,00	R\$ 270,00
9	Troca de adesivo de placa de identificação do setores de Licitação e Protocolo.	UNIDAD E	2	CONSUMO	R\$ 40,00	R\$ 80,00



# LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

10	<b>CARTEIRA EM COURO PERSONALIZADA</b> com o brasão do Município gravado em latão, baixo relevo, com o acabamento, pintura e verniz, tendo as identificações "CÂMARA MUNICIPAL LUÍS EDUARDO MAGALHÃES" em torno do brasão mais o nome Poder Legislativo, com identificação personalizada de acordo com o cargo (Presidente, Vice-Presidente, Vereador, 1º Secretário, 2º Secretário, Funcionário e o nome de cada pessoa gravada na chapa).	UNIDAD E	17	CONSUMO	R\$ 120,00	R\$ 2.040,00
11	<b>PORTA AGENDA PERSONALIZADA</b> , no tamanho 17 x 24 cm, contendo o brasão do município gravado no couro, na cor marrom. Na parte frontal incluso porta identificação, contendo o nome do órgão, nome do Vereador ou nome do funcionário e seu respectivo cargo e/ou setor. Obs.: Deverá ser entregue com agenda permanente incluso.	UNIDAD E	17	CONSUMO	R\$ 127,00	R\$ 2.159,00

000067  
*[Handwritten signature]*





## LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

12	CHAVEIRO PERSONALIZADO em metal, contendo o brasão da Câmara, com prendedor de chave e suporte para prender no bolso.	UNIDAD E	17	CONSUMO	R\$ 25,00	R\$ 425,00
13	BROCHE LAPELA em metal, tamanho 2 x 2cm, contendo o Brasão da República Federativa do Brasil.	UNIDAD E	17	CONSUMO	R\$ 42,00	R\$ 714,00
14	PRENDEDOR DE GRAVATA DOURADO em metal, tamanho 6cm, contendo o Brasão da República Federativa do Brasil.	UNIDAD E	17	CONSUMO	R\$ 44,00	R\$ 748,00
VALOR TOTAL: R\$ 17.443,00 (dezesete mil, quatrocentos e quarenta e três reais)						

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA-** O preço ajustado poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA SÉTIMA- DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO**

O objeto deste contrato será recebido por Comissão ou Setor (es) designados para este fim, da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega do objeto deste contrato nos locais especificados pela CONTRATANTE e da Nota Fiscal devidamente discriminada, em nome do órgão requisitante mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e demais especificações, para efeito de testes e verificação da conformidade do bem com as exigências deste instrumento e da proposta, bem como consequente aceitação,

000068  
*[Handwritten signature]*

procedendo-se observações, se necessário e, ainda, as disposições dos artigos 73 ao 76 da Lei 8.666/93.

c) O prazo para testes e recebimento definitivo será de 30 dias (já incluído o prazo para recebimento provisório), a partir da entrega do objeto pela CONTRATADA.

d) No caso do objeto ser entregue incompleto ou apresentar alguma desconformidade passível de ser sanada, o prazo de recebimento definitivo passará a contar na sua totalidade, a partir da correção da pendência.

---

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO FORNECIMENTO**

A empresa contratada deverá entregar o objeto de forma imediata na Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, de acordo com a necessidade e sempre mediante prévia solicitação do setor responsável.

#### **CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, até o 15º (décimo quinto) dia útil, contado do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesses períodos a fase de ateste da mesma - a qual conterà o endereço, o CNPJ, o número da Nota de empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto da contratação - em moeda corrente nacional, por intermédio da Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela **CONTRATANTE**.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Para a execução do pagamento, a **CONTRATADA** deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a **CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA**, CNPJ nº 04.214.440/0001-00.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas

de Pequeno Porte - **SIMPLES**, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - A nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela **CONTRATANTE**, o qual somente atestará a execução/entrega dos serviços/materiais e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento se cumpridas pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas e legais.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive na nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à **CONTRATADA** para as correções solicitadas, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Contratante, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA**

O contrato terá vigência de 01 de março de 2021 a 01 de abril de 2021.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - A prorrogação do contrato será efetuada, desde que haja a reunião dos seguintes requisitos:

I - houver interesse da contratante e da empresa contratada;

II - for comprovado que o contrato mantém as condições iniciais de habilitação;

III - houver autorização da autoridade competente;

IV - seja a prorrogação devidamente justificada pela contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

O acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato será exercida pelo Senhor Cristhian Santos Silva, conforme Portaria n°.059 de 11 de janeiro de 2021, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir, e avaliar o objeto deste contrato, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67 da lei n° 8.666.1993, e suas alterações.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução/entrega dos serviços/materiais (objeto do contrato), a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização do contrato.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA que é total e irrestrita em fornecimento do objeto, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do Contrato.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

071

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Os materiais, objeto deste Contrato, deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela **CONTRATANTE**, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa dos mesmos, bem como seu devido refazimento e/ou adequação, sem que caiba a **CONTRATADA** qualquer tipo de reclamação ou indenização.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da **CONTRATANTE** para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Se, na execução do objeto, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a **CONTRATADA**, esta, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades ou sanções:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da lei nº 8.666/1993, na hipótese de recusa injustificada da empresa em celebrar o Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente a execução em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Edital e seus anexos ou no termo de contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas;
- d) pelo atraso injustificado para o início da execução do objeto, multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, até o limite do valor total da contratação,

nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a rescisão/anulação unilateral do Contrato;

e) pela inobservância dos prazos afetos à execução/entrega dos serviços/materiais, multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, até o limite do valor total da contratação, nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a rescisão/anulação unilateral do Contrato;

f) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**.

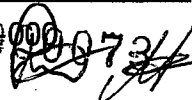
**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à **CONTRATANTE**.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATANTE**.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - O valor da multa poderá ser descontado na Nota Fiscal/Fatura ou do crédito existente na **CONTRATANTE**, em favor da **CONTRATADA**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - As sanções previstas neste contrato são independentes ente si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - Não será aplicada multa se, **justificadamente e comprovadamente**, o atraso na execução/entrega dos serviços/materiais advier caso furtivo ou força maior.



**SUBCLÁUSULA SEXTA** - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº. 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - A rescisão deste contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Conforme o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, do referido Diploma Legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº. 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

Nos casos omissos serão aplicadas as normas estabelecidas no Código Civil e Código de Processo Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

O foro para solucionar os litígios que decorrem da execução deste Contrato será o da Justiça Estadual da Comarca de Luís Eduardo Magalhães-BA.

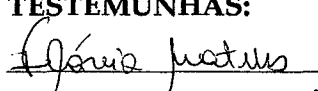
E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

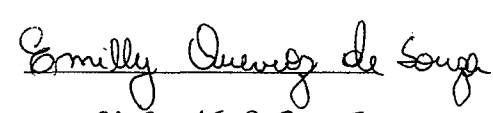
Luís Eduardo Magalhães-BA, 27 de fevereiro de 2021.

  
CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES  
FERNANO CARNEIRO DE ARAÚJO  
CONTRATANTE

  
MAX LERNER REIS PROFIRO EIRELI  
MAX LERNER REIS PROFIRO  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

  
CPF: 863.376.295-49

  
CPF: 042.016.205-52





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2021  
DISPENSA Nº 024/2021  
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2021

**OBTETO:** Aquisição de materiais personalizados para atender as necessidades da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA.

**DATA DE ASSINATURA:** 01 de março 2021.

**BASE LEGAL:** Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

**CONTRATO:** 028/2021.

**DATA DE ASSINATURA:** 27 de fevereiro de 2021

**CONTRATADA:** MAX LERNER REIS PROFIRO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 12.829.227/0001-23, situado na AV Padre Vieira, Centro, Cristópolis/BA.

**VALOR:** R\$ 17.443,00 (dezesete mil, quatrocentos e quarenta e três reais)

**VIGÊNCIA:** 01 de março de 2021 a 01 de abril de 2021

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

01.01.000 - Câmara Municipal

006 - Poder Legislativo

00 - Recurso Ordinário

1.031.006.2.001 - Gestão das Ações Legislativas

3.3.90.30.00.0 - Materiais de Consumo

1.031.006.2.001 - Gestão das Ações Legislativas

4.4.90.52.00.0 - Equipamento e Material permanente

Luís Eduardo Magalhães - BA, 27 de fevereiro de 2021.

  
**SABRINI GONÇALVES CAMPOS**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

000076

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2021**  
**DISPENSA Nº 024/2021**  
**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2021**

**OBTETO:** Aquisição de materiais personalizados para atender as necessidades da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA.

**DATA DE ASSINATURA:** 01 de março 2021.

**BASE LEGAL:** Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

**CONTRATO:** 028/2021.

**DATA DE ASSINATURA:** 27 de fevereiro de 2021

**CONTRATADA:** MAX LERNER REIS PROFIRO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 12.829.227/0001-23, situado na AV Padre Vieira, Centro, Cristópolis/BA.

**VALOR:** R\$ 17.443,00 (dezesete mil, quatrocentos e quarenta e três reais)

**VIGÊNCIA:** 01 de março de 2021 a 01 de abril de 2021

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

01.01.000 – Câmara Municipal

006 – Poder Legislativo

00 – Recurso Ordinário

1.031.006.2.001 – Gestão das Ações Legislativas

3.3.90.30.00.0 - Materiais de Consumo

1.031.006.2.001 – Gestão das Ações Legislativas

4.4.90.52.00.0 – Equipamento e Material permanente

Luís Eduardo Magalhães - BA, 27 de fevereiro de 2021.

**SABRINI GONÇALVES CAMPOS**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação